

Rumo a um Conceito de Sustentabilidade da Dívida Consistente com os ODM-

por Bernhard G. Gunter, Bangladesh Development Research Center

Muitas promessas de aumentar a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) continuam por cumprir, e a atual crise econômica pode restringir tais fluxos de capital ainda mais. Pode se justificar o aumento no financiamento da dívida por parte de países que fazem progressos no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)?

Na Primavera de 2005, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, implementaram um novo enquadramento para a sustentabilidade da dívida de países de baixa renda. Este enquadramento com base em políticas busca enfrentar o desafio da sustentabilidade da dívida. De acordo com o enquadramento, os países qualificáveis no âmbito da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) não podem acumular novas dívidas, mesmo que seus níveis de dívida estejam abaixo dos limites estabelecidos no enquadramento.

Os países de baixa renda se preocupam que o enquadramento poderá bloqueá-los num cenário de “baixa dívida - baixo crescimento”. Assim, o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas (ONU, 2005: 18) propôs “redefinir a sustentabilidade da dívida como o nível de endividamento que permite que um país atinja os ODM e chegue a 2015 sem um aumento do coeficiente de endividamento.” Seguindo a proposta do Secretário-Geral, as Nações Unidas solicitaram sugestões para uma concepção de sustentabilidade da dívida que seja mais consistente com a realização dos ODM.

O cancelamento da dívida, seguido dos financiamentos por subvenções necessárias para despesas com os ODM, seria a solução de primeira opção. Em países doadores, porém, existem consideráveis restrições políticas ao aumento da concessão dos necessários financiamentos por subvenções. A maior parte da ajuda prometida (incluindo as promessas feitas na cúpula (ou cimeira) do G-20 em Janeiro de 2009) ainda está sob a forma de empréstimos. Embora não seja possível aumentar o financiamento da dívida das estratégias de desenvolvimento sem também gerar um endividamento cada vez maior, faz sentido fornecer mais empréstimos aos países que podem suportar mais dívida.

Gunter, Rahman e Shi (2009) recentemente apresentaram indícios empíricos de uma sólida relação entre a realização dos ODM, e uma maior capacidade de suportar dívida. O estudo utilizou as mesmas regressões obtidas pela técnica de probitos utilizados para justificar o enquadramento introduzido pelas instituições de Bretton Woods. A constatação é que a capacidade de suportar dívida está relacionada com os progressos realizados no desenvolvimento social. Mesmo após controlar as boas políticas e instituições, a capacidade de suportar uma dívida demonstra uma relação positiva estatisticamente significativa com o desenvolvimento social.

Isto permite a adoção de um novo, enquadramento da sustentabilidade da dívida consistente com os ODM, o que poderia acrescentar um indicador de progresso dos ODM ao enquadramento atual ou substituir o indicador baseado em política por um indicador de progressos nos ODM. A exata composição do indicador, bem como os próximos passos a serem tomados, precisa de uma discussão mais aprofundada. Nosso argumento é que o novo enquadramento tem vantagens claras.

Convém salientar que o conceito de sustentabilidade da dívida consistente com a realização dos ODM, tem algumas limitações. Não vai remover o superendividamento que paira sobre os países pobres que não sejam qualificáveis para a IADM e para o programa para os países pobres muito endividados. O conceito é de pouca utilidade para os países que não fazem progressos para atingir os ODM. O endividamento destes países não proporciona solução alguma, uma vez que o crescente financiamento da dívida poderia facilmente criar um excesso de endividamento. Este conceito baseado nos ODM não é sugerido como um mecanismo para determinar quais países sejam merecedores ou indignos de ser recipiendários de ajuda. Os enquadramentos de sustentabilidade da dívida e os enquadramentos de sustentabilidade da ajuda são dois conceitos diferentes.

Dadas as ressalvas acima, um enquadramento de sustentabilidade da dívida, consistente com os ODM tem pelo menos quatro implicações políticas. Primeiro, ter um enquadramento com um indicador de progressos nos ODM poderia aumentar o valor nominal do total da ajuda prestada pelos doadores. Isto porque cada vez mais ajuda através de empréstimos tem menores custos reais para os doadores do que oferecer a mesma quantidade nominal de ajuda sob a forma de subvenções. A principal implicação política para os doadores é que eles poderiam fornecer empréstimos concessionais emprestando para além dos atuais limites de empréstimos.

Em segundo lugar, o novo enquadramento proposto permitiria aos países que fazem progressos para a consecução dos ODM aumentarem o financiamento da sua dívida concessional. Também permitiria que eles evitassem a dispendiosa alternativa de financiamento não concessional de fontes internas e externas. Em terceiro lugar, a sustentabilidade da dívida será diretamente ligada ao financiamento dos ODM, e não apenas de boas políticas e instituições isoladamente. Por último, a realização dos ODM é mais objetivamente mensurável do que o enquadramento com base em políticas introduzido pelo FMI e pelo Banco Mundial. Em suma, a adoção de um conceito de sustentabilidade da dívida consistente com os ODM é uma solução com benefícios para todas as partes.

Referências:

Gunter, Bernhard G., Jesmin Rahman and Haiyan Shi (2009). 'Linking Social Development with the Capacity to Carry Debt: Towards an MDG-Consistent Debt Sustainability Concept', *Development Policy Review* 27 (3), pp. 269-286.

ONU (UN) (2005). *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All*. Report of the Secretary-General. New York, United Nations. Available at: <www.un.org/largerfreedom/>.